



## 1. INTRODUÇÃO

Este parecer refere-se à solicitação de alteração (redução de tamanho) da área de compensação definida no Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF apresentado no âmbito do processo administrativo nº 10975/2011/001/2013, portanto, alteração indireta da condicionante nº 02 do PU nº 0674613/2019, referente ao Certificado nº 343/2019 concedido ao empreendimento Fazenda Lagoa Dourada – (matrículas 14.087, 14.088, 14.089, 14.090, 14.091 e 14.092), localizado no município de Santa Juliana-MG.

## 2. DA SOLICITAÇÃO

A representante do empreendimento em questão, Natália de Freitas Honorato, solicitou por meio de Ofício 026 (Documento SEI nº 44475585), formalizado em 31/03/2022, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI (processo nº1370.01.0015261/2022-82), a alteração da área a ser recomposta (Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF), referente à condicionante 02 do PU nº 0674613/2019 - Certificado de Licença nº 343/2019.

Foram necessários maiores esclarecimentos para subsidiar a análise da solicitação em tela, sendo feitos via SEI (Ofício 25 (61530532) / 1370.01.0055549/2021-67) no dia 01/03/2023, assim como por meio de vistoria, realizada no dia 05/04/2023, conforme descrito no Auto de Fiscalização SISFAI nº 234001/2023 de 05/04/2023. Os documentos complementares solicitados foram apresentados via SEI (documentos: 63530270 e 63530271/1370.01.0055549/2021-67) em 31/03/2023.

Segue abaixo a transcrição da condicionante aprovada, constante no Anexo I do Parecer Único nº 0674613/2019:

Item	Descrição da condicionante	Prazo
02	Executar o Programa de Recomposição da Flora (item 8 deste parecer) conforme proposto no PTRF (2019) apresentado. Seguir o cronograma proposto, considerando o início de plantio em 2019.	Durante a vigência da Licença

Vale destacar o texto descrito no item 8 do Parecer nº 0674613/2019:

*“Pela intervenção em APP ocasionada pela construção do barramento, mencionada no item anterior, estão sendo propostas duas medidas compensatórias, sendo: a recomposição da APP às margens do barramento no*



*córrego dos Veados, numa área de 6,23 ha, com o plantio de 6.922 mudas de espécies nativas num espaçamento de 3x3 metros (FIGURA 2) e a recomposição vegetal de duas áreas que totalizam 12,20 ha próximas ao barramento – contíguas à APP, com plantio de 13.556 mudas de espécies nativas num espaçamento de 3 x 3 metros (FIGURA 3). Para tanto, foi apresentado um Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF, que foi elaborado pelo engenheiro florestal André César Furlaneto Sampaio, CREA 67832, ART. 14201300000001011533.”*

A mencionada representante solicita a alteração (redução do tamanho) da área a ser recomposta, definida no Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF, referente à condicionante 02 do PU nº 0674613/2019 - Certificado de Licença nº 343/2019; apresentando como justificativa que o projeto apresentado para construção do barramento previa uma área inundada de 6,10 ha, sendo ocupada ao final da construção uma área de 3,88 ha (o empreendedor optou por fazer um barramento menor), desta forma, a área de intervenção ambiental que seria de 4,06 ha foi efetivamente de 3,66 ha. Portanto, esta redução na área de intervenção justificaria a redução da área a ser compensada; além disso, foi apresentada a justificativa de que uma das áreas, de compensação, de 8,22 ha, já recebeu o plantio de 10.000 mudas; sendo esta área maior que o dobro da intervenção realizada.

Foram apresentados os comprovantes das datas de construção do barramento (anos de 2020/2021) e dos plantios realizados (ano de 2021), via SEI (documentos: 63791676, 63791678 e 63791679/ 1370.01.0055549/2021-67), em 05/04/2023.

### 3. DA ANÁLISE

Conforme norma de regência, Decreto Estadual 47.383/2018, com alterações, no caso de impossibilidade técnica de cumprimento de medida condicionante estabelecida pelo órgão ambiental competente, o empreendedor poderá requerer a exclusão da medida, a prorrogação do prazo para cumprimento ou alteração de seu conteúdo, formalizando requerimento escrito devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante.

Considerando as justificativas apresentadas e o não comprometimento das demais condicionantes estabelecidas nos Anexos I e II do Parecer Único nº 0674613/2019, assim como a tempestividade da solicitação de alteração em tela, somos favoráveis à aprovação do requerimento sob exame.

O Certificado nº 343 (Licença Ambiental de Operação em caráter corretivo) foi emitido em 01/11/2019.



#### 4. CONTROLE PROCESSUAL

A possibilidade de promover-se a alteração de condicionantes e a prorrogação do prazo para o seu cumprimento, em processos de licenciamento, por iniciativa do empreendedor, é prevista pela Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, a saber:

Art. 29 – Em razão de fato superveniente ou no caso de impossibilidade técnica de cumprimento de medida condicionante estabelecida no processo de licenciamento ambiental, o empreendedor poderá requerer a exclusão da medida, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração do conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo de cumprimento estabelecido na respectiva condicionante.

O tema é igualmente disciplinado pelo Decreto Estadual nº 47.383/2018. Vejamos o que versa o referido regulamento:

Art. 29 – Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante.

Considerando que o pedido de alteração em tela foi feito tempestivamente pelo empreendedor e que o mesmo justificou que o último prazo concedido para cumprimento da condicionante ainda restava-se exíguo, tem-se que os requisitos legais foram devidamente observados.

Sendo de acordo com o pedido que fora feito, solicitado por meio do Processo SEI nº. 1370.01.0015261/2022-82, formalizado na data de 31/03/2022 que à condicionante 02 do PU nº 0674613/2019 - Certificado de Licença nº 343/2019.

Observa-se, ademais, pelas razões exaradas neste parecer, que a equipe técnica acatou as justificativas apresentadas pelo empreendedor, entendendo pela **viabilidade** do pedido de alteração (redução de tamanho) da área de compensação definida no Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF apresentado no âmbito do processo administrativo nº 10975/2011/001/2013.



Ressalta-se que a taxa de análise e elaboração deste adendo foi devidamente recolhida.

Por fim, cumpre salientar que, de acordo com o §1º, do artigo 29, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, a alteração de seu conteúdo, desde que não modifique o seu objeto, serão decididas pela autoridade responsável pela análise do licenciamento ambiental.

## 5. CONCLUSÃO

Por fim, nos termos do artigo 29 do Decreto Estadual 47.383/2018 e com base nos apontamentos acima, sugerimos o deferimento da solicitação de alteração, referente ao PTRF, da condicionante 02 do Anexo I do Parecer Único nº 0674613/2019 (PA 10975/2011/001/2013), do empreendimento Fazenda Lagoa Dourada – (matrículas 14.087, 14.088, 14.089, 14.090, 14.091 e 14.092), conforme requerido. As demais condicionantes permanecem inalteradas.

Considerando que o início do plantio em 2019, estabelecido no cronograma proposto (PTRF), mencionado na condicionante 02 do PU nº 0674613/2019, estava atrelado à construção do barramento e que o mesmo ocorreu somente nos anos de 2020/2021, faz-se necessária a alteração deste ano (2019) no texto da condicionante em questão. Desta forma, segue a transcrição da condicionante n.º 02 (Anexo I) com a alteração estabelecida:

Item	Descrição da condicionante	Prazo
02	Executar o Programa de Recomposição da Flora (item 8 deste parecer) conforme proposto no PTRF (2019) apresentado. Seguir o cronograma proposto, considerando o início de plantio em 2021.	Durante a vigência da Licença



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer nº 46/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2023

PROCESSO Nº 1370.01.0055549/2021-67

ANEXO DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DO PARECER ÚNICO Nº 0674613/2019

INDEXADO AO PROCESSO:		PA SIAM:		SITUAÇÃO:	
Licenciamento Ambiental		10975/2011/001/2013 SEI: 1370.01.0055549/2021-67		Sugestão pelo deferimento	
FASE DO LICENCIAMENTO:		Licença Ambiental Concomitante – LAC2 (LIC+LOC)			
EMPREENDEDOR:	João Carneiro Nunes			CNPJ.:	090.181.156-49
EMPREENDIMENTO:	Fazenda Lagoa Dourada – Matrículas 14.087, 14.088, 14.089, 14.090, 14.091 e 14.092				
MUNICÍPIO(S):	Santa Juliana - MG		ZONA:	Rural	
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): WGS 84	LAT/Y	19°23'08.47"S		LONG/X	47°32'32.40"W
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/2004):				CLASSE
G-01-01-5	Horticultura (floricultura, cultivo de hortaliças, legumes e especiarias)				3
G-01-03-1	Culturas anuais, excluindo a olericultura				1
G-04-01-4	Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação				NP
G-02-10-0	Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo)				NP



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia de Paula Dias**, **Servidor(a) Público(a)**, em 12/04/2023, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez**, **Servidor(a) Público(a)**, em 12/04/2023, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogério da Silva**, **Diretor (a)**, em 24/04/2023, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **64045160** e o código CRC **589752C0**.



MINAS GERAIS

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

- Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS: 1) Asteca Serviços Petrolíferos Ltda./ Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Gameleiras/MG, PA/SLA/nº 613/2023, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até:13/04/2033.
- (a) Mônica Veloso de Oliveira, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

14 1776930 - 1

Pauta da 98ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) Data: 28 de maio de 2023, às 9h. Endereço virtual da reunião: https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJ14w 1. Abertura pelo Presidente da Câmara de Atividades Minerárias, Yuri Rafael de Oliveira Trovão. 2. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 3. Comunicado dos Conselheiros. 4. Comunicado da Secretaria Executiva. 5. Exame da Ata da 97ª RO de 31/03/2023. 6. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação: 6.1 Vale S.A. - Sondagem geológica CPX e Mar Azul - Pesquisa mineral, com ou sem emprego de Guia de Utilização, com supressão de vegetação secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica em estágios médio e avançado de regeneração, exceto árvores isoladas - Nova Lima/MG - PA/SLA/Nº 5270/2021 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram CM. RETORNO DE VISTAS pelos conselheiros Maria Eduarda Rodrigues representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Paula Meireles Aguiar representante da Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindixtra) e Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima representante da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME). 7. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia: 7.1 Araxá Metais S.A. - Unidade de tratamento de minerais (UTM), com tratamento a úmido; Lavra a céu aberto - minerais metálicos, exceto minério de ferro; Pilhas de rejeito/estéril - Araxá/MG - PA/Nº 08899/2018/001/2018 - SEI/Nº 1370.01.0048617/2020-24 - ANM: 831.997/2008 - Classe 5. Apresentação: Supram TM. 8. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação: 8.1 Liga Forte Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda. - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Itapagipe/MG - PA/SLA/Nº 3519/2022 - ANMs: 834.172/2008; 834.174/2008 e 834.175/2008 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram TM. 9. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação - “Ampliação”: 9.1 Itabrita - Britadora Itatiaiuçu Ltda. - Extração de rocha para produção de britas; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Pilhas de rejeito/estéril - Carmo do Cajuru/MG - PA/SLA/Nº 4777/2021 - ANMs: 850.719/1978 e 831.002/1988 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: SUPRAM ASF. 10. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação Corretiva concomitante com a Licença de Operação: 10.1 EmfX Mineração Ltda. - Pilha de rejeito/estéril, Unidade de tratamento de minerais (UTM), com tratamento a úmido; Atividades ou empreendimentos não listados ou não enquadrados em outros códigos, com supressão de vegetação primária ou secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica, em estágios médio e/ou avançado de regeneração, sujeita a EIA/Rima nos termos da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, exceto árvores isoladas - Resende Costa/ MG - PA/SLA/Nº 3815/2022 - ANMs: 802.832/1977; 831.163/1984 e 830.238/2002 - Classe 5. Apresentação: Supram SM. 11. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação: 11.1 Sigma Mineração S.A. - Lavra a céu aberto - Minerais metálicos, exceto minério de ferro e Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos - Aracaju e Itinga/MG - PA/SLA/Nº 144/2023 - ANM: 824.692/1971 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supri. 12. Assuntos gerais. 13. Encerramento.

Yuri Rafael de Oliveira Trovão  
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias

14 1776887 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) Almeida Pessanha Locações e Transportes Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Itabirito/MG, Processo nº 712/2023. 2) Industrial Machado Ltda., fabricação de estruturas metálicas e artefatos de treilados de ferro, aço e de metais não-ferrosos, sem tratamento químico superficial, exceto móveis e construção de embarcações e estruturas flutuantes e fabricação de suas peças e acessórios, Caetanópolis/MG, Processo nº 746/2023. 3) Construtora Aterpa S.A., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Ouro Preto/MG, Processo nº 765/2023. 4) Construtora Aterpa S.A., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Itabirito/MG, Processo nº 775/2023. 5) Bel Log Transportes e Logística Ltda., base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, Ribeirão das Neves/MG, Processo nº 784/2023. 6) Transportadora Verba Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Betim/MG, Processo nº 788/2023. (a) Bruno Zuffo Janducci - Designado para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 18/01/2023.

14 1776992 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições, torna público que foi DEFERIDA a ALTERAÇÃO de condicionante do processo abaixo identificado: \* Licença Ambiental Concomitante - LAC2 (LIC+LOC): 1) João Carneiro Naves/ Fazenda Lagos Dourada - Matrículas 14.087, 14.088, 14.089, 14.090, 14.091 e 14.092 - Horticulura (loricultura, cultivo de hortaliças, legumes e especiarias), Culturas anuais, excluindo a olericultura. Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação e Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo). - Santa Juliana/MG. - PA SEI Nº 1370.01.0055549/2021-67. - Classe 3. - Decisão: Deferido a alteração indireta da condicionante 02 do Anexo I do PU nº 0674613/2019.

(a) Kamila Borges Alves, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

14 1776802 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições, torna público que foi DEFERIDA a ALTERAÇÃO de condicionante do processo abaixo identificado: 1) Licença Ambiental de Operação - LO: \*Companhia de Saneamento de Minas Gerais/ Estação de Tratamento de Efluentes - ETE São Gotardo - 1ª etapa - Tratamento de esgoto sanitário (vazão média prevista = 63,54 L/s). - São Gotardo/MG. - PA SEI Nº 1370.01.0014581/2021-15. - Classe 3. - Decisão: Deferido a alteração do prazo de cumprimento da ANEXO II, (Itens 1, 2, 3, 4 e 5) mostrados no tópico nº 02 do PT nº. 0070207/2018. 2) Licença Ambiental Simplificada - LAS-RAS: \*Companhia de Saneamento de Minas Gerais/ Estação de Tratamento de Efluentes - ETE São Gotardo - 1ª etapa - Estação de tratamento de esgoto sanitário (vazão média prevista = 27,70 L/s). - São Gotardo/ MG. - PA SEI Nº 1370.01.0011041/2021-50. - Classe 2. - Decisão: Deferido a alteração nos programas de automonitoramento incluídos no Anexo II do PT nº. 0674172/2018.

(a) Kamila Borges Alves, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

14 1776806 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO (Publicado no Diário Oficial de “MG”, no dia 14/04/2023 - pág. 39) Onde se lê: “A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada: - Licença Ambiental Simplificada – LAS/RAS: 1) Humberto Maluf, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticulura, Monjolos e Diamantina/MG, PA nº 2685/2022, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 12/04/2033. (a) Rita de Cassia Silva Braga e Braga, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha. (...)” Leia-se: “A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada: - Licença Ambiental Simplificada – LAS/RAS: 1) Humberto Maluf, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticulura, Monjolos e Diamantina/MG, PA nº 2685/2022, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 12/04/2033. (a) Rita de Cassia Silva Braga e Braga, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha. (...)”

\*Obs.: As demais informações permanecem inalteradas.

14 1776982 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, torna público que foi REQUERIDA a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1) SERQUIP - Tratamento de Resíduos MG Ltda. - Unidade de Transferência de Resíduos de Serviços de Saúde (UTRSS), Tratamento de resíduos de serviços de saúde (Grupos A e E com contaminação biológica), visando a redução ou eliminação da carga microbiana, tais como desinfecção química, autoclave ou micro-ondas, Central de armazenamento temporário e/ou transferência de resíduos Classe I perigosos, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrotóxicos, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de embalagens plásticas usadas de óleos lubrificantes com ou sem sistema de picotagem ou outro, Centrais e postos de recebimento de embalagens de agrotóxicos e afins, vazias ou contendo resíduos, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, vapor de mercúrio, outros vapores metálicos, de luz mista e lâmpadas especiais que contenham mercúrio, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de pilhas e baterias; ou baterias automotivas, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos com a separação de componentes que implique exposição de resíduos perigosos, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos, sem a separação de componentes, que não implique exposição de resíduos perigosos, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados. - Uberlândia/MG - PA/SLA nº 771/2023, Classe 3. (a) Kamila Borges Alves, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

14 1776872 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Triângulo Mineiro, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou à Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro a: 1) Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação Concomitantes (LAC1); \* Consigar - Distribuidora de Gás Ltda. - Base de envasamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - Uberlândia/MG, PA/SLA nº 781/2023, Classe 4. (a) Kamila Borges Alves, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

14 1776873 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada: - (LAC 1) Licença de Operação Corretiva: 1) Destilaria Menghetti Ltda. - Produção de óleos, gorduras e ceras em bruto, de óleos essenciais, corantes vegetais e animais e outros produtos da destilação da madeira, exceto refinação de óleos e gorduras alimentares, culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticulura, sistema de geração de energia termelétrica, utilizando combustível não fóssil e Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, São João do Paraíso/MG, PA/nº 6511/2021, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 14/04/2033. (a) Mônica Veloso de Oliveira, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

14 1777363 - 1

O Superintendente Regional da Supram Zona da Mata, torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: - Licença de Operação Corretiva (LAC1): 1) Welinton Pereira Giardini, Suinocultura; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; Aquicultura e/ou unidade de pesca esportiva tipo pesque-pague, exceto tanque-rede; Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticulura, Uruçânia/MG, PA nº 729/2022, Classe 3. Motivo: Insuficiência técnica.

(a) Dorgival da Silva, Superintendente Regionalda Supram da Zona da Mata.

14 1777365 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições, torna público que foi DEFERIDA a ALTERAÇÃO de condicionante do processo abaixo identificado: \*Licença de Operação – LO: 1) Pequena Central Hidrelétrica Martins / Cemig Geração Oeste S.A. – Barragens de geração de energia – Hidrelétricas. – Uberlândia/MG. – PASEINº 1370.01.0014282/2021-37. - Classe 3. - Decisão: Deferido a alteração da condicionante da condicionante 02 do Anexo I do PU nº 27554927. (a) Kamila Borges Alves, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

14 1776809 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: LAS-RAS: 1) Indústria de Cachaca Silveira Ltda, Fabricação de aguardente, Corrego Fundo/MG, Processo nº 789/2023, Classe 2. Sra. Kamila Esteves Leal, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

14 1777034 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, torna público que a requerente abaixo identificada solicitou Licença Ambiental, Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no sitehttps://drive.google.com/drive/folders/1LCIDggostEZvsCAsmLjC\_HKmv5Hnltu?usp=share\_link interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa COPAM nº 225/2018, no site http://sistemas.mecioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia,dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação. (a) Kamila Borges Alves, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro. (ATO DE DELEGAÇÃO SEMAD/SECEX Nº 03, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021.) 1) Licença de Operação Corretiva (LAC1): \*Ana Eudoxia Vilela/ Fazenda Lambari, mats 11.041 e 20.380 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticulura - Ipiaca/MG, PA/SLA nº 776/2023, Classe 4. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - Processo SEI nº 1370.01.0009152/2023-25.

14 1777359 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto Paranaíba torna público que foi REQUERIDA a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1) João Paulo da Silva Marra/Fazenda Babilônia - RM 61.275, 82.257, 58.391, 58.433, 55.666, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticulura; criação de bovinos,

bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime de confinamento, Lagoa Formosa/MG, PA nº. 786/2023, Classe 2.

(a) Ilídio Lopes Mundim Filho, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto Paranaíba.

14 1777110 - 1

Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM

Presidente: Renato Teixeira Brandão

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 16 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede progressão na carreira, aos servidores:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR		NOVA SITUAÇÃO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
ERICA MONTEIRO BARBOSA	11691268	AAMB	I	C	I	D	16/03/2023
MARIA JOSE DE OLIVEIRA AYRES	11887437	AAMB	III	A	III	B	10/03/2023
SANDOVAL REZENDE SANTOS	11895620	AAMB	III	A	III	B	15/03/2023

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 17 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede promoção na carreira, aos servidores:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR		NOVA SITUAÇÃO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
ELISA APARECIDA DE ANDRADE DIAS	10678514	AAMB	I	D	II	A	16/03/2023
SUELI CRISTINA ANGELA	13876669	AAMB	I	D	II	A	17/03/2023

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 16 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede progressão na carreira, em decorrência do cumprimento da sentença do Processo judicial nº 5058499-16.2019.8.13.0024, à servidora:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR		NOVA SITUAÇÃO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
GILCELE CRISTINA SILVA	11007143	AAMB	V	C	V	D	30/03/2023

14 1777360 - 1

ATO 02, DE 12 DE ABRIL DE 2023.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto da FEAM, aprovado pelo Decreto Estadual nº 47.760, de 20 de novembro de 2019, e CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 2090.01.0000870/2023-52;

RESOLVE/DELIBERA:

Art. 1º Credenciar para exercer a fiscalização ambiental, no âmbito das competências da FEAM, a servidora relacionada abaixo :

NOME	MASP
Liliana Adriana Nappi Mateus	1.156.189-1

Art. 2. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 12 de abril de 2023.

14 1777314 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretora-Geral: Maria Amélia de Coni e Moura Mattos

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 16 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede progressão na carreira, à servidora:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR		NOVA SITUAÇÃO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
ROBERTA ANDRADE RODRIGUES	14036552	AAMB	I	C	I	D	04/03/2023

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 17 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede promoção na carreira, aos servidores:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR		NOVA SITUAÇÃO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
PAULO CEZAR CHAVES	10213460	AAMB	II	C	III	A	03/03/2023
SIMARA ESTER PEDROZO	13670773	TAMB	I	D	II	A	19/03/2023

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 16 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede progressão na carreira, em decorrência do cumprimento da sentença do Processo judicial nº 00550512-98.2012.8.13.0024, à servidora:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR		NOVA SITUAÇÃO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
CRISTINA CAMPOS DE FARIA	11973062	AAMB	V	C	V	D	04/03/2023

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 16 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede progressão na carreira, em decorrência do cumprimento da decisão judicial no processo nº 5015202-25.2020.8.13.0702, à servidora:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR		NOVA SITUAÇÃO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
DAYANE APARECIDA PEREIRA DE PAULA	12176426	AAMB	V	C	V	D	04/03/2023

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 16 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede progressão na carreira, em decorrência do cumprimento à sentença proferida na Ação Ordinária nº 0426257-34.2013.8.13.0024 (Cumprimento de Sentença nº 5086355-81.2021.8.13.0024), à servidora:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR		NOVA SITUAÇÃO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
ROSANGELA DE ALMEIDA RIBEIRO SILVA OLIVE	10209260	AAMB	V	C	V	D	15/03/2023

14 1777366 - 1

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade de nºs 6442, 5447, 6450 e 6525, com efeitos vinculantes para administração pública, bem como, nos Pareceres Jurídicos de nºs.16.424, de 03 de fevereiro de 2022 e 16.453, de 17 de maio de 2022, aprovados pelo Advogado-Geral do Estado, TORNA SEM EFEITO as seguintes publicações, referentes à concessões de QUINQUÊNIOs, aos seguintes servidores: MASP 1.020.903-9, NELSON AGUIAR DE PAULA, Admissão 1, TÉCNICO AMBIENTAL, 7º quinquênio, publicado em 18 de maio de 2021; MASP 445.708-1, RENATA MARIA SILVEIRA REIS, Admissão 2, AUXILIAR AMBIENTAL, 6º quinquênio, publicado em 16 de setembro de 2021.

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade de nºs 6442, 5447, 6450 e 6525, com efeitos vinculantes para a administração pública, bem como, nos Pareceres Jurídicos de nºs. 16.424, de 03 de fevereiro de 2022, e 16.453, de 17 de maio de 2022, aprovados pelo Advogado-Geral do Estado, CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do art. 112 do ADCT, da CE/1989, aos servidores: Masp 1.020.903-9, NELSON AGUIAR DE PAULA, AUXILIAR AMBIENTAL, referente ao 7º quinquênio, a partir de 02/03/2023; Masp 445.708-1, RENATA MARIA SILVEIRA REIS, AUXILIAR AMBIENTAL, referente ao 6º quinquênio, a partir de 21/03/2023.

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas, no uso de suas atribuições legais, REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA, por invalidez, nos termos do § 24 do art. 36 da CE/1989, do servidor: Masp 1.021.111-8, BENEDITO EDIMILSON FERRAZ, a partir de 26/10/2022, referente ao cargo de Analista Ambiental, Nível V, Grau B.

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais e nos termos do § 24 do art. 36 da CE/1989, REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA, voluntária, integral, com paridade, da servidora: Masp 1.020.616-7, ARMINDA MARIA MAZZEU, a partir de 20/03/2023, referente ao cargo de Técnico Ambiental, Nível III, Grau I.

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, CONVERTE FÉRIAS-PRÊMIO EM ESPÉCIE, nos termos do art. 117, do ADCT da CE/1989, ao servidor: Masp 1.020.745-4, JOAO DO ROSARIO PEREIRA, referente à 09 meses do cargo de Técnico Ambiental, Nível V, Grau B.

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, DECLARA APOSENTADO, a partir de 06/02/2023, com proventos integrais, nos termos do artigo 147, § 2º, inciso I e § 3º, inciso I, do ADCT, acrescentado pela ECE Nº 104, de 15/09/2020, JOAO DO ROSARIO PEREIRA, MASP 1.020.745-4, ocupante do cargo de Técnico Ambiental, Nível V, Grau B, lotado no Instituto Estadual de Florestas - IEF.

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, CONVERTE FÉRIAS-PRÊMIO EM ESPÉCIE, nos termos do art. 117, do ADCT da CE/1989, ao servidor: Masp 1.020.780-1, JOÃO BATISTA DA SILVA, referente à 08 meses do cargo de Auxiliar Ambiental, Nível III, Grau B.

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, DECLARA APOSENTADO, a partir de 06/02/2023, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003, JOÃO BATISTA DA SILVA, MASP 1.020.780-1, ocupante do cargo de Auxiliar Ambiental, Nível III, Grau B, lotado no Instituto Estadual de Florestas - IEF.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202304150203590113.

**Data de Envio:**

19/02/2024 13:26:36

**De:**

FEAM/Institucional <nao.tm@meioambiente.mg.gov.br>

**Para:**

elo.arquiteturaeengenharia@gmail.com

**Assunto:**

ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DO PARECER ÚNICO Nº 0674613/2019 - João Carneiro Naves/Fazenda Lagoa Dourada Matrículas 14.087, 14.088, 14.089, 14.090, 14.091 e 14.092

**Mensagem:**

Ao Responsável,

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Triângulo Mineiro no uso de suas atribuições, examinou o pedido de PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE do empreendedor/empreendimento: João Carneiro Naves/Fazenda Lagoa Dourada Matrículas 14.087, 14.088, 14.089, 14.090, 14.091 e 14.092 - no município de Santa Juliana /MG, vinculado ao PA/SIAM Nº 10975/2011/001/2013, formalizado em 31/03/2022, para a atividade: Horticultura (floricultura, cultivo de hortaliças, legumes e especiarias), Culturas anuais, excluindo a olericultura; Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação E Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) e decidiu:

Opinar pelo deferimento da ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE E sugerimos o deferimento da solicitação de alteração, referente ao PTRF, da

condicionante 02 do Anexo I do Parecer Único nº 0674613/2019 (PA 10975/2011/001/2013), do empreendimento Fazenda Lagoa Dourada (matrículas 14.087, 14.088, 14.089, 14.090, 14.091 e 14.092), conforme requerido. As demais condicionantes permanecem inalteradas.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único, e qualquer alteração, modificação e ampliação, sem a devida e prévia comunicação a Supram Triângulo Mineiro, tornam o empreendimento em questão, passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

Atenciosamente,

Núbia Antunes

Núcleo de Apoio Operacional

Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro

Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam

(34) 3088-6409- nubia.antunes@meioambiente.mg.gov.br

**Anexos:**

Parecer\_63823344\_ALTERACAO\_DE\_CONDICIONANTE\_\_JOAO\_CARNEIRO\_PU\_\_.pdf

Parecer\_64045160.html

Publicacao\_81580780\_PUB\_FAZ\_LAGOA\_DOURADA\_15\_04\_23\_\_1\_.pdf